



DIVULGAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS ANEXOS

1º TRIMESTRE DE 2019

2019

REITOR

Sylvio Mário Puga Ferreira

PRO REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Raimundo Nonato Pinheiro de Almeida

DIRETORA DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Thayane de Souza Amaral

Coordenador de Contabilidade

Yuri Yves Garcia Barroso

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação de Contabilidade

Natacha Rocha da Silva

SUMÁRIO

1 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	7
2 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	7
1 Resultados da Análise dos Índices do Balanço Patrimonial	17
1.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - BALANÇO PATRIMONIAL	17
1.2 ATIVO	20
1.2.1 Caixa e Equivalentes de Caixa	20
1.3 PASSIVO	20
1.3.1 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	20
1.3.2 Demais Obrigações a Curto Prazo	21
1.3.2.1 Valores Restituíveis	22
1.3.2.2 - Outras Obrigações a Curto Prazo	23
1.4 ANEXOS	23
1.4.1 Imobilizado	23
1.4.2 Intangível	28
1.4.3 Fornecedores	30
1.4.4 Obrigações Contratuais	33
2. RESULTADOS DA ANÁLISE DOS ÍNDICES DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	41
2.1 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	41
2.2 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	46
2.2.1 Exploração e Venda De Bens, Serviços E Direitos	46
2.2.2 Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	46
2.2.2 Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	47
2.2.3 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	47
2.3 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	48
2.3.1 Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	48
2.3.2 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação De Passivos	48
2.3.3 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	49
3 - RESULTADOS DA ANÁLISE DOS ÍNDICES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	50
3.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	50
3.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANÁLISE	54
3.6 ANEXOS	55
3.6.1 Anexo – Execução Orçamentária de Restos a Pagar	55
4 RESULTADOS DA ANÁLISE DOS ÍNDICES DO BALANÇO FINANCEIRO	57
4.1 BALANÇO FINANCEIRO	57
4.2. INGRESSOS	58
4.2.1 Receitas Orçamentárias Vinculadas	58
4.2.3 Recebimento Extraorçamentário	58
4.3 DISPÊNDIOS	58

4.3.1 Transferências Financeiras Concedidas - Independentes da execução	
Orçamentária.....	58
4.3.3 Despesas Extraorçamentárias	59
4.3.3.1 Pagamento de Restos a Pagar Processados	59
5 RESULTADOS DA ANÁLISE DOS ÍNDICES DA DEMONSTRAÇÃO DO	
FLUXO DE CAIXA	60
5.1 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	60
5.2 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - INGRESSOS	62
5.2.1 Receitas Derivadas e Originárias	62

LISTA TABELA

Figura 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa.....	20
Figura 2 – Intangível	20
Figura 3 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.	21
Figura 4 – Demais Obrigações a Curto Prazo	21
Figura 5 – Valores Restituíveis	22
Figura 6 – Outras Obrigações a Curto Prazo.....	23
Figura 7 – Imobilizado – Composição	24
Figura 8 – Bens Móveis – Composição.....	24
Figura 9 – Bens Imóveis – Composição.....	25
Figura 10 – Bens de Uso Especial – Composição	26
Figura 11 – Intangível – Composição.	29
Figura 12 – Software com Vida Útil Indefinida – Composição.....	29
Figura 13 - Fornecedores e Contas a Pagar - Órgão 26270.....	30
Figura 14 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora).....	30
Figura 15 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor Órgão 26270.....	31
Figura 16 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG.....	32
Figura 17 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG.....	33
Figura 18 – Obrigações Contratuais – Órgão 26270 – Valores em Execução	33
Figura 19 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.	35
Figura 20 - Obrigações Contratuais – Órgão 26270 Por Contratado	36
Figura 21 - Obrigações Contratuais – UG 154039 Por Contratado.....	38
Figura 22 - Obrigações Contratuais – UG 150224 Por Contratado.....	39
Figura 23 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	46
Figura 24 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras.....	47
Figura 25 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	47
Figura 26 – Outras Variações Patrimoniais.....	48
Figura 27 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	48
Figura 28 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	49
Figura 29 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas.....	49
Figura 30 - Restos a pagar não processado - Órgão 26270	55
Figura 31 - Restos a pagar processado - Órgão 26270	55
Figura 32 – Receitas Orçamentárias Vinculadas.....	58
Figura 33 – Recebimento Extraorçamentário	58
Figura 34 – Transferências Financeiras Concedidas (Indep. da execução Orçamentária).	59
Figura 35 – Pagamentos de Restos a Pagar Processados.....	59
Figura 36 - Receitas Derivadas e Originárias.....	62
Figura 37 – Transferências Concedidas.....	62
Figura 38 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	63
Figura 39 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	63

APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), seus Anexos, bem como nas respectivas Notas Explicativas.

No presente relatório, serão evidenciados os Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais, e do Fluxos de Caixa da Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Órgão 26270) dividido em duas unidades gestoras (UG 154039 - Universidade e UG 150224 - Hospital Universitário Getúlio Vargas), com suas respectivas Notas Explicativas do 1º Trimestre de 2019. Embora não sejam exigidas pela legislação brasileira vigente, a divulgação trimestral das Demonstrações representa um instrumento de transparência do Governo Federal.

1 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As **Demonstrações Contábeis** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis devem ser acompanhadas por anexos, por outros demonstrativos exigidos por lei e pelas notas explicativas.

As estruturas e a composição das Demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Anexos; e
- VII. Notas Explicativas.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

2 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moeda estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques

reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Ajuste para perdas dos créditos tributários

A RFB utiliza a seguinte classificação para controle dos créditos tributários sob sua supervisão:

(i) devedor; (ii) exigibilidade suspensa (processo administrativo); (iii) exigibilidade suspensa (processo judicial); e (iv) parcelamento. Os créditos tributários classificados nas categorias 'i' e 'iv' estão evidenciados no ativo, enquanto as demais categorias estão em contas de controle.

O ajuste para perdas do crédito tributário é calculado a partir do saldo da categoria 'devedor'. A categoria 'parcelamento' não é utilizada na base de cálculo do ajuste para perdas, pois tais créditos foram considerados como totalmente recuperáveis. Quando ocorre a inadimplência de um crédito que está na categoria 'parcelamento', o mesmo é reclassificado para a categoria 'devedor'.

Os créditos na categoria devedor são subdivididos em duas classes: (i) até R\$

1.000 (mil reais); e (ii) acima de R\$ 1.000 (mil reais). A subdivisão é relevante, pois somente os valores acima de R\$ 1.000 (mil reais) são encaminhados para a inscrição em dívida ativa.

Para os créditos tributários até R\$ 1.000 (mil reais), o ajuste para perdas é calculado a partir da taxa de insucesso. Por sua vez, a taxa de sucesso representa a taxa de recuperabilidade efetiva de tais créditos pela RFB, apurada considerando-se os últimos exercícios.

Para os créditos tributários acima de R\$ 1.000 (mil reais), é aplicado o mesmo percentual aplicado aos créditos inscritos na dívida ativa.

(h) Ajuste para perdas da dívida ativa

Os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (i) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (ii) parcelados; (iii) garantidos; e (iv) suspensos, por decisão judicial.

De acordo com o critério definido por Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'ii' a 'iv' possuem 100% de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimação de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos à estimação de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de recebimento passados, descrita no MCASP. Os critérios de reconhecimento dos créditos de dívida ativa e respectivo ajuste para perdas estão em processo de revisão, com previsão de mudança nessas políticas contábeis até o encerramento deste exercício.

(i) Investimentos

São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não

serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis.

Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.

(j) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(k) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(l) Diferido

Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº 6.404/1976. O saldo será amortizado linearmente, até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007.

(m) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUNET e bens móveis.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(n) Depreciação de bens imóveis cadastrados noSPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(o) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e

financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(p) Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios:

I. Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) foi avaliada pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas;

II. Dívida Pública Federal Externa (DPFe) foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Foi realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

(q) Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

(r) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.

Na União, existem benefícios oriundos de planos de contribuição definida (Planos da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp, por exemplo) e de benefício definido (Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, por exemplo).

Nos planos de contribuição definida, os riscos atuarial e dos investimentos são dos participantes. Como não há nenhum risco para a União, não é realizado nenhum cálculo atuarial.

Nos planos de benefício definido, os riscos atuarial e dos investimentos recaem parcial ou integralmente para a União. A contabilização dos custos de tais planos exige a mensuração das obrigações atuariais, podendo gerar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassar o valor dos ativos do plano de benefícios, ou um ativo, na situação inversa.

Na União, têm sido realizados e contabilizados os riscos atuarial e dos investimentos relacionados com o RPPS dos servidores civis da União.

(s) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(t) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e

III. Financeiro.

(t.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(t.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(t.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra-orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado

financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

1 RESULTADOS DA ANÁLISE DOS ÍNDICES DO BALANÇO PATRIMONIAL

1.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	67.236.287,03	79.203.067,67	PASSIVO CIRCULANTE	172.825.573,15	58.825.574,35
Caixa e Equivalentes de Caixa Créditos a Curto Prazo	51.934.687,85	63.636.538,17	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	39.987.722,15	43.192.042,03
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo Estoques	10.195.791,11	10.445.825,57	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	11.071.648,05	7.835.940,77
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda VPDs Pagas Antecipadamente	5.105.808,07	5.120.703,93	Obrigações Fiscais a Curto Prazo Obrigações de Repartição a Outros Entes Provisões a Curto Prazo	121.766.202,95	7.797.591,55
			Demais Obrigações a Curto Prazo		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.904.502.663,10	1.895.856.202,63	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.584,99	284.544,56
Ativo Realizável a Longo Prazo	54.049,60	54.049,60	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		284.544,56
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo Estoques	54.049,60	54.049,60	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		
Investimentos			Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
Participações Permanentes Propriedades para Investimento			Provisões a Longo Prazo	2.584,99	
Propriedades para Investimento			Demais Obrigações a Longo Prazo		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos			Resultado Diferido		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos			TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	172.828.158,14	59.110.118,91
Investimentos do RPPS de Longo Prazo			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo			ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS Demais				2019	2018
Investimentos Permanentes	1.904.346.134,11	1.895.700.423,64	Patrimônio Social e Capital Social		
Demais Investimentos Permanentes	175.917.834,04	171.149.800,75	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	175.986.078,52	171.218.045,23	Reservas de Capital		
	-68.244,48	-68.244,48	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Imobilizado			Reservas de Lucros		
Bens Móveis	1.728.428.300,07	1.724.550.622,89	Demais Reservas	1.798.910.791,99	1.915.949.151,39
Bens Móveis	1.732.479.333,57	1.727.862.297,62	Resultados Acumulados	-116.281.951,74	25.543.105,78
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis (-)	-4.051.033,50	-3.311.674,73	Resultado do Exercício	1.915.949.151,39	1.893.260.564,72
Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	102.479,39	101.729,39	Resultados de Exercícios Anteriores Ajustes de Exercícios Anteriores	-756.407,66	-2.854.519,11
Bens Imóveis	101.063,39	101.063,39	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Bens Imóveis	101.063,39	101.063,39	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.798.910.791,99	1.915.949.151,39
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis (-)					
Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	1.416,00	666,00			

Intangível					
Softwares		1.416,00	666,00		
(-) Amortização Acumulada de Softwares					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind (-)					
Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.					
Direitos de Uso de Imóveis					
Direitos de Uso de Imóveis					
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis					
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
TOTAL DO ATIVO	1.971.738.950,13	1.975.059.270,30	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.971.738.950,13	1.975.059.270,30

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	51.934.687,85	63.636.538,17	PASSIVO FINANCEIRO	583.502.162,02	113.849.350,55
ATIVO	1.919.804.262,28	1.911.422.732,13	PASSIVO PERMANENTE	122.506.314,29	2.056.373,79
PERMANENTE			SALDO PATRIMONIAL	1.265.730.473,82	1.859.153.545,96

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	85.870.965,27	104.276.305,94	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	81.259.170,95	70.092.268,51
Execução dos Atos Potenciais Ativos	85.870.965,27	104.276.305,94	Execução dos Atos Potenciais Passivos	81.259.170,95	70.092.268,51
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar Direitos	28.333.986,27	28.208.867,81	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Convenidos e Outros Instrumentos Cong Direitos	54.283.128,79	72.813.587,92	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	2.146.460,20	2.146.460,20
Contratuais a Executar	3.253.850,21	3.253.850,21	Obrigações Contratuais a Executar	79.112.710,75	67.945.808,31
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	85.870.965,27	104.276.305,94	TOTAL	81.259.170,95	70.092.268,51

DEMONSTRATIVO DO SUPERAVID/DEFICITFINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVID/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-419.184.623,99
Recursos Vinculados	-112.382.850,18
Educação	-2.740.857,39
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-6.725.205,08
Previdência Social (RPPS)	-93.817.293,11
Recursos de Receitas Financeiras	-1.081.911,14
Operação de Crédito	-600.000,00
Doações	-241.824,28
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	9.611.693,33
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-16.787.452,51

1.2 ATIVO

1.2.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

A partir da análise dos índices na revisão analítica, pode-se verificar uma redução de 18,39% entre 31/12/2018 e 31/03/2019 do Grupo de Contas CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, que se deve à redução na conta de LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO no valor de R\$ 10.045.560,97.

Figura 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa.

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	51.934.687,85	63.636.538,17	-
Total	51.934.687,85	63.636.538,17	-18,39%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Figura 2 – Intangível

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
INTANGÍVEL	101.729,39	132.542,19	-
Total	101.729,39	132.542,19	-23,25%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

1.3 PASSIVO

1.3.1 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Analisando o Grupo de Contas FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO, pode-se observar um aumento de 41,29% entre 31/12/2018 e

31/03/2019, contando no 1º Trimestre de 2019 com um saldo de R\$ 11.071.648,05, que se deve na proporção de 90,78% ao Grupo CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS, com um saldo equivalente a R\$ 10.050.683,94 que dividido por UG está da seguinte forma:

* FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - R\$ 8.995.408,83- que representa 89,50% do grupo de contas em análise, que serão melhores detalhados no anexo Fornecedores.

* HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS - R\$ 1.055.275,11- que representa 10,50% do grupo de contas em análise, que serão melhor detalhados no anexo Fornecedores.

Demais informações relevantes referentes a esta conta, constam no anexo próprio Fornecedores.

Figura 3 -- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	11.071.648,05	7.835.940,77	41,29%
Total	11.071.648,05	7.835.940,77	41,29%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

1.3.2 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos outros subgrupos, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Analisando o Grupo de Contas DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO, pode-se observar uma variação horizontal positiva de 1461,59% entre 31/12/2018 e 31/03/2019.

Figura 4 – Demais Obrigações a Curto Prazo

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	121.766.202,95	7.797.591,55	1461,59%

Total	121.766.202,95	7.797.591,55	1461,59%
--------------	-----------------------	---------------------	-----------------

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

O saldo de R\$ 121.766.202,95 no 1º Trimestre de 2019, se deve principalmente à movimentação do seguinte grupo de contas:

1.3.2.1 Valores Restituíveis

A partir da análise do Grupo de Contas VALORES RESTITUIVEIS - CONSIGNAÇÕES, pode-se verificar um aumento na variação de 13,20% comparando os períodos 31/03/2019 (R\$ 7.980.506,49) e 31/12/2018 (R\$ 7.049.836,32) e, que se deve em grande parte à movimentação na Conta Retenções - Empréstimos e Financiamentos (R\$ 5.807.143,84).

O 1º Trimestre de 2019 finalizou com este saldo na conta de Retenções - Empréstimos e Financiamentos devido à nova rotina de pagamento de Folha de Pessoal (Mar/2019), saldo este que foi zerado com o efetivo pagamento da folha.

Figura 5 – Valores Restituíveis

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
VALORES RESTITUIVEIS	7.980.506,49	7.049.836,32	13,20%
Total	7.980.506,49	7.049.836,32	13,20%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

A partir da análise do Grupo de Contas VALORES RESTITUIVEIS, pode-se verificar uma variação horizontal de 16,10% comparando os períodos 31/12/2018 (7.049.836,32) e 31/03/2019 (8.184.616,33), que se deve em grande parte à movimentação no Grupo de Contas CONSIGNACOES.

Conta esta, que apresentou em 31/03/2019 um saldo de R\$ 7.980.506,49, sendo que no encerramento de 2018 apresentava um saldo de R\$ 6.932.347,22, esta movimentação se refere aos contratos terceirizados, onde são exigidas garantias contratuais e retidos valores referentes a conta vinculada para cumprimentos das obrigações trabalhistas, que são pagos no decorrer do exercício. Retenções realizadas também para cumprir exigências contidas no Art. 19-A e anexo da Instrução Normativa 02/2008.

1.3.2.2 - Outras Obrigações a Curto Prazo

A partir da análise do Grupo de Contas OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO, pode-se verificar um aumento de 15.089,67% comparando os períodos 31/03/2019 (113.581.586,62) e 31/12/2018 (747.755,23) e, que se deve em grande parte à movimentação nas transferências financeiras a comprovar- TED.

Figura 6 – Outras Obrigações a Curto Prazo

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	113.581.586,62	747.755,23	15089,67%
Total	113.581.586,62	747.755,23	15089,67%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

A conta de Transferência Financeiras a Comprovar -TED apresentou em 31/03/2019 um saldo de R\$ 112.547.191,50, sendo que o valor de R\$ 73.035.568,74 refere-se ao Hospital Universitário Getúlio Vargas. O valor de R\$ 39.511.622,76 pertence à FUA.

1.4 ANEXOS

1.4.1 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/03/2019, o Órgão 26270 apresentou um saldo de R\$ 1.904.346.134,11 bilhão relacionado a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2019 e 2018.

Figura 7 – Imobilizado – Composição

	Mar/2019	014/2018	AH(%)
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	175.986.078,52	171.218.045,23	2,78%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	68.244,48	68.244,48	0,00%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	1.732.479.333,57	1.727.862.297,62	0,27%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	4.051.033,50	3.311.674,73	22,33%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Total	1.904.346.134,11	1.895.700.423,64	0,46%

Fonte: SIAFI, 2019 e SIAFI, 2018.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26270 em 31/03/2019 totalizavam R\$ 175.986.078,52 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Figura 8 – Bens Móveis – Composição

	mar/19	014/2018	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	75.472.371,58	73.381.581,86	2,85%
Bens de Informática	37.984.947,74	37.145.006,83	2,26%
Móveis e Utensílios	35.503.328,18	34.822.260,99	1,96%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	15.062.561,08	14.410.544,55	4,52%
Veículos	7.311.917,91	7.311.917,91	0,00%
Bens Móveis em Andamento	363.175,24	363.175,24	0,00%
Bens Móveis em Almoarifado	426.014,74	1.588,80	26713,62%
Demais Bens Móveis	3.861.762,05	3.781.969,05	2,11%
Depreciação / Amortização Acumulada	-68.244,48	-68.244,48	0,00%
Total	175.917.834,04	171.149.800,75	3%

Fonte: SIAFI, 2019 e SIAFI, 2018.

O aumento do percentual da Conta Bens Móveis em Almoarifado em mais de 26000% se deu em decorrência do registro indevido de duas liquidações referentes à

Obras. A coordenação de Contabilidade no próximo trimestre fará a correção para a conta correta.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 42,90% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o qual é composto pelo quadro a seguir:

	Mar/2019	AV
1.2.3.1.1.01.01 APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTAÇÃO	4.756.506,69	6,30%
1.2.3.1.1.01.02 APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	797.371,53	1,06%
1.2.3.1.1.01.03 EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO, LAB. E HOSP.	57.673.288,03	76,42%
1.2.3.1.1.01.04 APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES	1.230.526,76	1,63%
1.2.3.1.1.01.05 EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	233.001,21	0,31%
1.2.3.1.1.01.06 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	817.260,57	1,08%
1.2.3.1.1.01.07 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	6.214.571,54	8,23%
1.2.3.1.1.01.08 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	1.139.015,42	1,51%
1.2.3.1.1.01.09 MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	1.147.147,04	1,52%
1.2.3.1.1.01.12 EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	6.500,00	0,01%
1.2.3.1.1.01.13 EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	32.093,95	0,04%
1.2.3.1.1.01.18 EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	1.706,90	0,00%
1.2.3.1.1.01.20 MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIÁRIO	267.923,28	0,35%
1.2.3.1.1.01.21 EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	148.815,44	0,20%
1.2.3.1.1.01.21 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELE	15.830,45	0,02%
1.2.3.1.1.01.25 MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	942.521,52	1,25%
1.2.3.1.1.01.99 OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.291,25	0,06%
TOTAL	75.472.371,58	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019 e SIAFI, 2018.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão 26270 em 30/03/2019 totalizavam R\$ 1.724.550.622,79 bilhão e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Figura 9 – Bens Imóveis – Composição

R\$ milhares

	Mar/2019	014/2018	AH(%)
Bens de Uso Especial	1.475.250.080,07	1.467.319.318,77	85,54%
Bens Dominicais	272.526,45	272.526,45	0,02%
Bens Imóveis em Andamento	247.995.829,95	234.828.036,06	14,38%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	151.182,36	151.182,36	0,01%
Instalações	3.850.943,52	3.850.943,52	0,22%
Demais Bens Imóveis	341.735,17	341.735,17	0,02%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(3.311.674,73)	(1.951.340,71)	-0,19%
Total	1.724.550.622,79	1.704.812.401,62	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019 e SIAFI, 2018.

De acordo com a tabela anterior, Bens de Uso Especial correspondem a 85,38% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 26270, perfazendo o montante de R\$ 1.475.250.069,07 bilhão em 31/12/2018 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevante na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Imóveis de Uso Educacional, conforme tabela abaixo.

Figura 10 – Bens de Uso Especial – Composição

	Mar/2019	014/2018	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	0,00	0,00	0,00%
Terrenos, Glebas	220.930,05	220.930,05	0,00%
Imóveis de Uso Educacional	1.475.029.150,12	1.467.098.388,72	0,54%
Edifícios	0,00	0,00	0,00%
Imóveis Residenciais e Comerciais	0,00	0,00	0,00%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	0,00	0,00	0,00%
Total	1.475.250.080,17	1.467.319.318,77	0,54%

Fonte: SIAFI, 2019 e SIAFI, 2018.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser

reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Vale ressaltar que para as contas do Imobilizado que se referem a Imóveis os registros são efetuados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET. Está em andamento o processo de avaliação, reavaliação e atualização dos valores dos bens imóveis de uso especial da União sob a responsabilidade da UFAM. Em 2015, foi registrada no SPIUNET a reavaliação dos bens imóveis do Campus Universitário/Manaus. Em 2016, foi feito o registro dos demais imóveis em áreas dispersas da UFAM localizadas em Manaus. No segundo trimestre de 2017, foi realizado o registro da valorização dos terrenos dos Campi dos Interiores.

Em resposta ao memorando 387/2018 – DEFIN, a Coordenação de Planejamento Físico da Prefeitura do Campus informa que até a presente data não recebeu resposta da Superintendência do IBAMA, sobre a regularização dos Imóveis de Parintins e, portanto, não há como registrar as benfeitorias desses imóveis devido a sua posse não estar regularizada.

Ao atualizar a situação de imóveis em “Doação sem Encargo” para a situação de “Uso em Serviço Público” verificamos que houve um registro na conta de Imóveis Residenciais/Comerciais. Por meio do Memorando 351/2018, solicitamos à Prefeitura do Campus verificar a regularidade do citado registro. Informamos que essa situação já foi devidamente ajustada para esse trimestre.

(a.2) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis e bens móveis

A depreciação dos bens móveis ainda não está acontecendo, porém por meio das Portarias 094/2018 e 095/2018 e 096/2018, foram instituídas as comissões de Depreciação, Amortização e Implantação de Centro de Custos no âmbito da UFAM, as quais, em reuniões de avaliação, têm verificado o andamento dos procedimentos e os resultados alcançados. O Departamento de Material continua procedendo às atividades de inventário, inclusive identificando os bens inservíveis e providenciando as reclassificações e baixas necessárias. A Coordenação de Contabilidade permanece acompanhando a evolução do trabalho das citadas comissões e cobrando maior

celeridade por parte do DEMAT quanto ao inventário.

Ressaltamos que o saldo presente na conta de Depreciação (R\$ 64.191,00) se refere a um teste piloto realizado em 2015, relacionado à conta de veículos. Contudo, devido a problemas técnicos no módulo de Sistema Patrimonial do SIE envolvendo inclusive a atualização dos dados patrimoniais, o processo não foi dado continuidade. Foram acrescentados a esse valor o registro de R\$ 2.946,48, conforme a 2018NS007735 (30.11.2018) e R\$ 1.107,00, de acordo com a 2018NS007735 (30.11.2018). Tais valores são referentes à doação de bens móveis oriundos de Acordo de Cooperação entre FUA e FUB. Tratam-se de 3 microcomputadores e e 3 projetores de multimídia. Não foram registrados no Sistema Patrimonial SIE, conforme justificativa descrita no Memorando 115/2018- DEMAT.

Em relação à conta de Imóveis da UG 154039, o registro da depreciação dos mesmos vem sendo realizado pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional através da UG 170999, diretamente no sistema SIAFI.

De acordo com a contadora da UG 150224 (Hospital Universitário), os procedimentos relacionados à cessão dos bens móveis consoante ao processo 23105.04752/2018 protocolado na UFAM em 07/02/2018, ainda não foram concluídos até a presente data.

Não constam no Patrimônio da UG 150224 (HUGV) bens Imóveis.

A UG150224 reafirma que o inventário dos bens permanentes já foi concluídos faltando somente a cessão de uso do imóvel.

1.4.2 Intangível

Informamos que este Órgão 26270 - FUAM, já constituiu Comissão Multidisciplinar para formalizar os procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável, bem como a reorganização do trâmite desses Ativos, para que transitem pelo setor de Patrimônio, as reuniões já estão em andamento e tão breve os procedimentos já estarão sendo adotados.

No Órgão 26270 - FUA, apenas a UG: 154039 - Universidade Federal do Amazonas apresenta bens intangíveis no momento. A mesma possui apenas sete ativos gerados internamente, já com propriedade intelectual concedida. Os demais ainda estão em fase de desenvolvimento.

Informamos, que, de acordo com informações dos setores responsáveis, o Ativos Intangíveis pertencentes a esta UG são classificados como Vida Útil Indefinida, estando dispensados da amortização.

Informamos ainda que a Coordenação de Contabilidade solicitou ao CETIC uma nova avaliação para verificarmos a necessidade de alteração desta classificação, conforme Memorando nº 505/2018-DEFIN.

Em 31/03/2019, o Órgão 26270 - FUAM, apresentou um saldo de R\$ 102.479,39 relacionados a Intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os períodos de 2019 e 2018.

Figura 11 – Intangível – Composição.

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
Software com Vida Útil Indefinida	101.063,39	101.063,39	-
Marcas Direitos e Patentes Industriais	1.416,00	666,00	-
Total	102.479,39	101.729,39	0,74%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Pode-se verificar uma variação de 0,74% no Grupo dos Intangíveis na conta MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS.

No intangível, destaca-se ainda o item Software com Vida Útil Indefinida que representa cerca de 99,35% do grupo, composto pelos seguintes itens:

Figura 12 – Software com Vida Útil Indefinida – Composição.

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE BIOTÉRIO UFAM	59.689,39	59.689,39	-
73 LICENÇAS DO SOFTWARE VISUAL CLASS ANDROID	34.058,00	34.058,00	-
SOFTWARE DE PRÁTICAS DE ESPORTES UFAM	2.780,00	2.780,00	-
FERRAM.DE TESTES DE INTEG SISTÊMICA - TELECOM	140,00	140,00	-
SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	4.396,00	4.396,00	-
Total	101.063,39	101.063,39	-

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Informamos ainda, que o saldo de R\$ 666,00 da conta MARCAS, DIREITOS

E PATENTES INDUSTRIAIS foi completamente baixado em janeiro/2019.

1.4.3 Fornecedores

Em 31/03/2019, o Órgão FUAM (26270) apresentou um saldo em aberto de R\$ 11.071.648,05, relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo na sua totalidade de obrigações a curto prazo e nacionais.

A seguir, apresenta-se a Tabela 16, com os fornecedores.

Figura 13 - Fornecedores e Contas a Pagar - Órgão 26270

Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	31/03/2019	31/12/2018	AH (%)
Nacionais	11.071.648,05	7.835.940,77	41,29%
Estrangeiros	-----	-----	
Total	11.071.648,05	7.835.940,77	41,29%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019

Os fornecedores e contas pagar do curto prazo se referem aos fornecedores nacionais, representando 100 % do total a ser pago.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 17, relacionando o montante por órgão contratante com valores por Unidade Gestora de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/03/2019.

Figura 14 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora)

	31/03/2019	AV (%)
Órgão 26270 - UG 154039	9.837.962,86	88,85%
Órgão 26270 - UG 150224	1.233.685,19	11,15%
Total	11.071.648,05	100%

Fonte: SIAFI, 2019

A UG 154039 é responsável por 88,85% do total a ser pago, enquanto a UG 150224 representa 11,15% desse montante. Cabe destacar, que a UG 154039 representa o montante mais significativo, uma vez que possui uma estrutura de funcionamento bem maior que a do Hospital Universitário (UG 150224), justificando assim um valor a ser pago aos fornecedores mais relevante.

Na tabela 18, apresentada a seguir, relacionam-se os 07 (sete) fornecedores com valores mais expressivos e o saldo em aberto, na data base de 31/03/2019.

Figura 15 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor Órgão 26270

		31/03/2019	AV(%)
A	ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL E	988.665,60	22,80%
B	FUNDACAO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMOES	978.799,00	16,07%
C	AMAZON SECURITY LTDA	953.577,36	15,26%
D	R T COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA	908.918,69	5,71%
E	TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUCOES LTDA	819.561,63	2,99%
F	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	580.384,43	2,42%
G	SERVIS SEGURANCA LTDA	289.433,27	2,38%
H	DEMAIS	5.552.308,07	32,37%
TOTAL		11.071.648,05	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019.

Em relação aos 07 (sete) fornecedores do Órgão com saldos mais relevantes, representam 49,85% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações dos 05 (cinco) fornecedores com valores mais relevantes:

(a) Fornecedor A: trata-se de valores referentes a despesas com os seguintes contratos da UG 154039:

- ✓ Contrato 27/2014, 35/2014, 60/2014, 62/2014, 63/2014, 64/2014, 65/2014, 66/2014, que trata dos valores referentes a serviços de limpeza nas instalações dos campus da UFAM em Manaus e no interior no valor de R\$641.728,58 .
- ✓ Apropriação de despesas de exercícios anteriores (2018) referente ao apostilamento dos contratos 60/2014,62/2014, 63/2014, 64/2014, 65/2014, 66/2014 relativo aos meses de janeiro a julho de 2018, no valor total de R\$367.607,74.
- ✓

(b) Fornecedor B: trata-se de valores referentes a despesas com os seguintes contratos da UG 154039:

- ✓ Contrato 48/2017, que trata dos valores da quarta parcela do projeto "Programa de Qualificação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN) com vigência até 28/12/2019";
- ✓ Solicitação de cancelamento do pagamento do documento 2018NP000358, conforme memorando nº 45/2019-DECC/PROADM de 08/02/2019.

Em relação aos contratos firmados pela UNISOL, a Procuradoria Federal Junto à UFAM emitiu um documento COTA n.00099/2018/PFFUA/PGF/AGU onde se manifesta impedida de aprovar novas contratações com essa Fundação, em virtude de uma recomendação do Ministério Público do Amazonas para que sejam celebrados contratos, convênios, termos de parceria ou qualquer outra forma de negociação com a UNISOL. A recomendação foi emitida no dia 30 de agosto de 2018.

Diante desse fato, o Departamento Financeiro emitiu o Memorando nº431/2018 informando essa situação para que a Pró-Reitoria de Administração e Finanças tome ciência e tome as providências cabíveis. Dessa forma, as parcelas dos contratos firmados anteriormente a recomendação do MPE-AM, estão sendo liquidados e pagos mediante autorização do Pró-Reitor de Administração com a justificativa de que as paralisações dos serviços poderiam trazer maiores prejuízos à comunidade, e tendo sido prestados os serviços, são devidos os respectivos pagamentos. Foi ressaltado nos despachos que a partir da data de 30 de agosto de 2018 não mais se firmou nenhum acordo, convênio ou qualquer outra avença com a UNISOL.

- (c) Fornecedor C: trata-se de valores referentes ao contrato nº 23/2018 cujo objeto é o serviço de vigilância armada e desarmada da UG 154039 com vigência até 30/09/2019;
- (d) Fornecedor D: trata-se de valores referentes ao contrato nº 19/2018 cujo objeto é a manutenção preventiva e corretiva da UG 154039 com vigência até 07/08/2019;
- (e) Fornecedor E: trata de valores referentes ao contrato 30/2012, que trata da obra de construção do Hospital Getúlio Vargas - HUGV com vigência até 01.04.2020. Maiores detalhes no Anexo de Obrigações Contratuais;
Abaixo as Tabelas 19 e 20, referente aos 07 (sete) fornecedores mais relevantes por Unidade Gestora (154039,150224).

Figura 16 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG

		31/03/2019	AV(%)
A	ADAP COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL E SERVIÇOS EIRELI	988.665,60	10,20%

B	FUNDACAO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMOES	978.799,00	10,10%
C	AMAZON SECURITY LTDA	953.577,36	9,84%
D	R T COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA	908.918,69	9,38%
E	TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUCOES LTDA	819.561,63	8,45%
F	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	580.384,43	5,99%
G	D SILVA OLIVEIRA	276.396,12	2,85%
H	DEMAIS	4.187.192,21	46,05%
TOTAL		9.693.495,04	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019

Figura 17 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG

		31/03/2019	AV(%)
A	SERVIS SEGURANCA LTDA	289.433,27	25,42%
B	A S DE BRITO COMERCIO DE TINTAS E SERVICOS DE OBRAS E L	174.230,86	15,30%
C	CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA	86.807,31	7,62%
D	METHABIO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA	66.504,00	5,84%
E	MERCANTIL BARRETO COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES E	56.007,80	4,92%
F	BIOQUALY COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	45.572,96	4,00%
G	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA.	40.432,44	3,55%
H	DEMAIS	379.819,77	33,35%
TOTAL		1.138.808,41	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019

Os principais fornecedores das UGs 154039 e 150224, respectivamente, são a Adap Comércio de Equipamentos de Proteção Individual e Serviços EIRELI e a empresa Servis Segurança LTDA., conforme já mencionadas acima.

1.4.4 Obrigações Contratuais

Em 31/03/2019, o Órgão FUAM (26270) apresentou um saldo em aberto de R\$ 99.419.410,78, relacionado com as obrigações contratuais, sendo o saldo das parcelas que serão executados nos próximos meses.

A seguir, apresenta-se a tabela 21, com os principais contratos do órgão, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Figura 18 – Obrigações Contratuais – Órgão 26270 – Valores em Execução

Mar/2019	014/2018	AH (%)
----------	----------	--------

Aluguéis	19.686,17	37.652,84	-48%
Fornecimento de Bens	3.828.719,68	968.139,86	295%
Empréstimos e Financiamentos			
Seguros	10.065,60	10.410,60	-3%
Serviços	52.278.317,06	66.929.605,01	-22%
Demais	-		
Total	99.419.410,78	67.945.808,31	46,32%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

As obrigações contratuais relacionadas na Tabela 21, por tipo de classificação, representam na maioria os contratos de serviços por 52,58% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final de 31/03/2019.

Sobre os saldos de alguns contratos presentes nas contas de controle, a UG 150224 informou:

ALUGUÉIS

O valor total referente a aluguéis pertence à UG 154039.

SERVIÇOS

- **ADAP COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL E SERVIÇOS EIRELI** representa 16,11% do saldo de obrigações contratuais no primeiro trimestre de 2019 e corresponde ao serviço de limpeza e conservação das instalações do campus da UFAM, conforme contratos 27/2014, 35/2014, 60/2014, 62/2014, 63/2014, 64/2014, 65/2014, 66/2014.

- **A S DE BRITO COMERCIO DE TINTAS E SERVICOS DE OBRAS:** o saldo da conta tem representatividade de 38,17% dos Contratos de Serviços em Execução em 31/03/2019. Ocorre que, em 05/04/2019 foi efetuada a baixa na conta de controle no valor de R\$ 696.778,80 referente ao saldo remanescente da Dispensa de licitação nº 015/2018 contrato 010/2018 que teve término em 29/12/2018. O novo contrato nº 021/2018 decorrente do pregão 051/2018, publicado no DOU em 08/01/2019 tem vigência de 12 meses iniciando em 30/12/2018 e terminando em 29/12/2019.

- **A C Gestão Empresarial:** pregão 022/2018 e contrato 014/2018 com vigência até 25/10/2019, tem como objeto o serviço de maqueiros e

representa 5,58% da conta de controle de contratos no que tange aos Contratos de Serviços.

- **SERVIS SEGURANÇA LTDA:** contrato 006/2017 serviço de segurança desarmada e segurança patrimonial é o de segundo maior representatividade na conta de contrato de execução de serviços, e ainda assim representa 10% do valor do maior contrato do grupo – A S DE BRITO – já mencionando anteriormente. Foi realizado novo Termo Aditivo – T.A. nº 003/2019 com vigência até 28/02/2020.

BENS

- **G.H. MACÁRIO BENTO:** pregão 020/2018 contrato 019/2018 é o contrato de Consumo de maior representatividade 79,55%, sendo que parte deste saldo consta o valor de R\$ 43.405,92 referente a Dispensa de Licitação 007/2018 cujo término ocorreu em 23/10/2018 e teve o saldo remanescente baixado em abril/2019.

- **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE:** este contrato representa 18,05% do saldo da Conta de Fornecimento de Bens em Execução. Embora sua vigência tenha terminado em 08/02/2019, o ofício nº 001/2019/ULD/SOF/DAF/GA/HUGV-Ufam/EBSERH/MEC informou que o saldo permanece na conta pois foi identificado junto ao Fiscal do Contrato e a Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar (DLIH) que serão encaminhadas notas fiscais referentes ao período de vigência do contrato.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 22, relacionando-se os saldos das Obrigações Contratuais por Unidades Gestoras (154039 e 150224), vinculadas ao Órgão 26270 na data base de 31/03/2019.

Figura 19 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

Órgão 26270	Mar/2019	AV (%)
Unidade Gestora 154039	87.484.109,11	88%

Unidade Gestora 150224	11.935.301,67	12%
Total	99.419.410,78	100%

Fonte: SIAFI, 2019.

Entre as Unidades Gestoras que estão vinculadas ao órgão 26270, observa-se que a UG 154039 responde por 88% do total contratado.

Em seguida, apresenta-se a Tabela 23, relacionando-se os saldos dos contratos mais representativos vinculadas ao Órgão 26270 na data base de 31/03/2019.

Figura 20 - Obrigações Contratuais – Órgão 26270 Por Contratado

	31/03/2019	AV (%)
TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUCOES LTDA	15.550.821,87	15,64%
ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL E	11.166.667,70	11,23%
AMAZON SECURITY LTDA	5.453.259,56	5,48%
A S DE BRITO COMERCIO DE TINTAS E SERVICOS DE OBRAS E L	4.555.420,73	4,58%
COPYTEC SERVICOS GRAFICOS LTDA	4.360.331,99	4,38%
AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	2.991.272,04	3,00%
G.H MACARIO BENTO	2.698.538,92	2,71%
DEMAIS	52.643.097,97	52,98%
Total	99.419.410,78	100%

Fonte: SIAFI, 2019

Em relação aos 7 (sete) contratados mencionados acima na Tabela 18, os quais representam 52,28% do total a ser pago pelo Órgão 26270 com relação as obrigações contratuais, apresentamos o resumo das principais transações:

Contratado	Objeto	Valor Contratado	Valor a Executar	Validade
-------------------	---------------	-------------------------	-------------------------	-----------------

TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA	Contrato 30/2012 -Obra de construção do novo prédio do Hospital Universitário HUGV	R\$ 107.170.857,99	13.601.626,16	01/04/2020
ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL	Contrato 60/2014 - Serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais necessários, em regime de empreitada por preço unitário, para atender o Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho e unidades dispersas da FUA em Manaus/AM.	R\$ 11.311.955,88	R\$ 6.649.622,98	12/10/2019
AMAZON SECURITY LTDA	Contrato 23/2018 - serviço de vigilância armada e desarmada, durante o período diurno e noturno, visando medidas de prevenção e proteção do patrimônio público e das pessoas que circulam nas instalações das unidades dispersas de Manaus e no Campus Artur Virgílio Filho da FUA.	R\$ 9.348.444,96	R\$4.674.222,48	30/09/2019
A S DE BRITO COMERCIO DE TINTAS E SERVICOS DE OBRAS E L	Contrato 21/2018- serviço contínuo de lavanderia hospitalar nas dependências do HUGV com locação de enxoval, para o exercício de 2019	R\$ 4.223.340,00	R\$4.555.420,73	29/12/2019
COPYTEC SERVICOS GRAFICOS LTDA – ME	Contrato 14/2015 - Concessão, a título oneroso, de espaços físicos destinados exclusivamente à exploração de serviço reprográfico para atender a comunidade acadêmica e administrativa da Universidade Federal do Amazonas	R\$ 2.113.797,50	R\$1.958.774,48	09/08/2019
AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	Contrato 10/2017 -Fornecimento de energia elétrica para o Campus Universitário e unidades dispersas Manaus.	R\$ 6.302.544,00	R\$5.303788,83	Inderterminado Instrução Normativa AGU 36/2011.
G.H MACARIO BENTO	Fornecimento de alimentação balanceada nutricionalmente e transportada para as dependências do HUGV	R\$3.048.403,32	2.698.538,92	23/10/2019

O principal valor do grupo de obrigações do Órgão 26270 refere-se à contratada TECON que teve a vigência de seu contrato prorrogada até o dia 01/04/2020, ou seja, extrapolando os limites dispostos na Lei 8666/93, que determina em seu art. 57 que os contratos administrativos não podem ultrapassar o período de 60 meses, sendo prorrogados por mais 12 meses em caráter excepcional. Tal situação foi questionada e informada na Nota do Terceiro Trimestre.

Em demanda solicitada pelo Magnífico Reitor, a Auditoria Interna por meio do parecer 04/2018 apresenta três Constatções:

Constatção I – Sucessivos atrasos na execução da obra relacionados a problemas de projeto, licenças e interrupções;

Constatção II – Atraso nas entregas de autorizações devidas à obra e ausência de renovação indispensável à execução dos serviços;

Constatção III – Ausência da Licença do “Habite-se”.

As constatações acima descritas resultaram em oito recomendações por parte da Auditoria Interna destinadas à Administração Superior da UFAM.

Estas recomendações encontram-se em monitoramento através do Sistema de Auditoria – SIAUDI, para manifestação de cada gestor responsável.

O segundo valor mais significativo do grupo de obrigações do Órgão 26270 refere-se ao contratado ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL, Contrato 60/2014, e trata-se de Serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais necessários, em regime de empreitada por preço unitário, para atender o Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho e unidades dispersas da FUA em Manaus/AM, com execução até 12/10/2019.

O terceiro valor do grupo de obrigações do Órgão 26270 são referentes à contratada AMAZON SECURITY e trata-se do Contrato 23/2018, cujo objetivo é o serviço de vigilância armada e desarmada, durante o período diurno e noturno, visando medidas de prevenção e proteção do patrimônio público e das pessoas que circulam nas instalações das unidades dispersas de Manaus e no Campus Artur Virgílio Filho da FUA, vigente até 30/09/2019.

Abaixo as Tabelas 24 e 25, com os principais valores dos grupos das obrigações contratadas por Unidade Gestora (154039 e 150224).

Figura 21 - Obrigações Contratuais – UG 154039 Por Contratado

	03/2019	AV (%)
TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇOES LTDA	15.550.821,87	17,77%
ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL E	11.166.667,70	12,76%
AMAZON SECURITY LTDA	5.453.259,56	6,23%
COPYTEC SERVICOS GRAFICOS LTDA	4.360.331,99	4,98%
AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	2.991.272,04	3,42%
M J RESTAURANTES LTDA	2.255.119,00	2,58%
R T COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA	2.140.521,01	2,45%
DEMAIS	43.566.115,94	49,80%
Total	87.484.109,11	100%

Fonte: SIAFI, 2019

Figura 22 - Obrigações Contratuais – UG 150224 Por Contratado

	03/2019	AV (%)
A S DE BRITO COMERCIO DE TINTAS E SERVICOS DE OBRAS	4.555.420,73	38,17%
G.H MACARIO BENTO	2.698.538,92	22,61%
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA.	612.204,17	5,13%
SERVIS SEGURANCA LTDA	455.555,05	3,82%
AC GESTAO EMPRESARIAL EIRELI - ME	355.192,73	2,98%
LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOLOGIA - LA	342.043,75	2,87%
CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTD	245.935,68	2,06%
DEMAIS	2.670.410,64	22,37%
Total	11.935.301,67	100%

Fonte: SIAFI, 2019

Nas Tabelas 24 e 25, relaciona-se o contratado mais significativo e o saldo a executar por Unidade Gestora, na data base de 31/03/2019, conforme segue:

- ✓ UG 154039: o principal valor do grupo obrigações contratuais da UG 154039, refere-se ao Fornecedor “TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUCOES LTDA”, o qual é também o principal na lista do Órgão 26270, evidenciado na Tabela 3, devidamente descrito acima;
- ✓ UG 150224: o principal valor do grupo obrigações contratuais da UG 150224 refere-se ao Contrato com a empresa “A S DE BRITO COMERCIO DE TINTAS E SERVICOS DE OBRAS”. O saldo da conta tem representatividade de 38,17% dos Contratos de Serviços em Execução em 31/03/2019. Ocorre que, em 05/04/2019 foi efetuada a baixa na conta de controle no valor de R\$ 696.778,80 referente ao saldo remanescente da Dispensa de licitação nº 015/2018 contrato 010/2018 que teve término em 29/12/2018. O novo contrato nº 021/2018 decorrente do pregão 051/2018, publicado no DOU em 08/01/2019 tem vigência de 12 meses iniciando em 30/12/2018 e terminando em 29/12/2019.

- ✓ Demais informações sobre os pagamentos realizados pela Instituição por processo indenizatório, serão detalhadas na Demonstração de Variação Patrimonial

2. RESULTADOS DA ANÁLISE DOS ÍNDICES DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

2.1 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	204.986.866,50	220.648.650,19
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos		
Taxas		
Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Contribuições Sociais		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		
Contribuição de Iluminação Pública		
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	821.588,74	949.675,76
	4.418,25	17.189,89
	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Venda de Mercadorias	817.170,49	932.485,87
Vendas de Produtos	65.466,09	486.972,48
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	7.352,82	35,07
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos Juros e		
Encargos de Mora		
Variações Monetárias e Cambiais	58.113,27	486.937,41
Descontos Financeiros Obtidos		
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras Aportes do		
Banco Central	202.323.219,49	219.030.731,91
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	201.343.197,27	218.980.543,38
Transferências e Delegações Recebidas	713.218,20	
Transferências Intragovernamentais		
Transferências Intergovernamentais		
Transferências das Instituições Privadas		
Transferências das Instituições Multigovernamentais		
Transferências de Consórcios Públicos Transferências do	266.804,02	50.188,53
Exterior	1.685.714,18	
Execução Orçamentária Delegada de Entes		
Transferências de Pessoas Físicas		
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.685.714,18	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		
Reavaliação de Ativos	90.878,00	181.270,04
Ganhos com Alienação		
Ganhos com Incorporação de Ativos Ganhos		
com Desincorporação de Passivos Reversão de		
Redução ao Valor Recuperável		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar		
Resultado Positivo de Participações Operações da		
Autoridade Monetária		

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018

Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	90.878,00	181.270,04
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	321.268.818,24	223.576.401,09
Pessoal e Encargos	120.746.153,92	126.994.425,29
Remuneração a Pessoal	95.195.088,76	95.376.731,38
Encargos Patronais	18.243.026,06	23.802.319,03
Benefícios a Pessoal	7.308.039,10	7.815.374,88
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	42.070.487,05	40.084.354,05
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	35.436.686,99	34.205.641,97
Aposentadorias e Reformas	6.567.018,27	5.795.038,97
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	66.781,79	83.673,11
Políticas Públicas de Transferência de Renda	22.581.597,51	25.467.070,16
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.478.826,59	5.421.613,72
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	18.363.412,15	19.688.135,98
Uso de Material de Consumo	739.358,77	357.320,46
Serviços	5.724,94	14.776,77
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5.724,94	479,39
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	14.297,38
Variações Monetárias e Cambiais	18.596.662,27	22.386.207,07
Descontos Financeiros Concedidos	18.596.662,27	22.381.096,10
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	5.110,97
Transferências Intergovernamentais	114.055.100,45	-
Transferências a Instituições Privadas	-	2.536.376,55
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	114.055.100,45	-
Transferências ao Exterior	-	2.536.280,55
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	96,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Tributárias	408.986,69	417.657,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	14.009,74
Contribuições	408.986,69	403.648,12
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.804.105,41	5.675.533,34
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	2.798.021,42	3.293.402,35
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	6.083,99	2.382.130,99
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-116.281.951,74	-2.927.750,90

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2019	2018

2.2 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

2.2.1 Exploração e Venda De Bens, Serviços E Direitos

Compreende as variações patrimoniais aumentativas auferidas com a prestação de serviços, que resultem em aumento do patrimônio líquido, segregando-se a venda bruta das deduções como devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Em análise do grupo de contas de VPA EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS, observa-se uma variação horizontal de -13,49% em 31/03/2019 (R\$ 821.588,74) quando comparado com 31/03/2018 (R\$ 949.675,76), que deve-se à movimentação na conta Contábil VALOR BRUTO EXPLORACAO BENS, DIR E SERVICOS. Esta variação se dá principalmente devido à diminuição na arrecadação em comparação com o período anterior.

Figura 23 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	821.588,74	949.675,76	-
Total	821.588,74	949.675,76	-13,49%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

2.2.2 Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. compreende: descontos obtidos, juros auferidos, premio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

Em análise do grupo de contas de VPA VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS, pode-se observar um decréscimo de 86,56% no 1º trimestre de 2019 (R\$ 65.466,09) quando comparado com o 1º trimestre de 2018 (R\$ 486.972,48), variação esta, que se deve principalmente à movimentação da conta de VPA - REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS.

Figura 24 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	65.466,09	486.972,48	-
Total	65.466,09	486.972,48	-86,56%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

2.2.2 Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos

Registra a contrapartida da Incorporação de outros novos Ativos e a contrapartida da Desincorporação de Passivos, inclusive as baixas de passivo decorrentes do cancelamento de restos a pagar. Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).

Em análise do grupo de contas de VPA VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS, pode-se observar que no 1º trimestre de 2018 a conta estava sem saldo, enquanto no 1º trimestre de 2019 contava com um saldo de R\$ 1.685.714,18, gerando um aumento na variação horizontal de 100%.

Figura 25 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.685.714,18	0,00	-
Total	1.685.714,18	0,00	-100%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

2.2.3 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das Demais Variações Patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.

Em análise ao Grupo de Contas DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS, pode-se observar um decréscimo de 49,87% no 1º trimestre de 2019 (R\$ 90.878,00) quando comparado com o 1º trimestre de 2018 (R\$ 181.270,04).

Este saldo do 1º Trimestre de 2018 se deve em grande parte também a devoluções de recursos de Convênio pela Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões - UNISOL.

Figura 26 – Outras Variações Patrimoniais

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	90.878,00	181.270,04	-
Total	90.878,00	181.270,04	-98,60%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

2.3 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

2.3.1 Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Em análise do Grupo de contas de VPD VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS, pode-se observar uma redução de 61,26% no 1º trimestre de 2019 (R\$ 5.724,94), quando comparado com o 1º trimestre de 2018 (R\$ 14.776,77), que se deve à movimentação no Grupo de Contas DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS que finalizou o trimestre com um saldo de R\$ 5.724,94 o equivalente a 100% do total do Grupo de Contas em questão.

Tal fato decorre do aumento das concessões de descontos às empresas permissionárias devido ao período de férias letivas no 1º Trimestre de 2019.

Figura 27 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	5.724,94	14.776,77	-
Total	5.724,94	14.776,77	237,38%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

2.3.2 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação De Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de

ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, com provisões para perdas, perdas com alienação e perdas involuntárias, bem como registra a variação patrimonial diminutiva decorrente da incorporação de passivos.

Em análise do grupo de conta de DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS, pode-se observar uma variação horizontal de 4396,77% no 1º trimestre de 2019 (R\$ 114.055.100,45), quando comparado com o 1º trimestre de 2018 (R\$ 2.536.376,55). Os valores de maior representatividade correspondem às movimentações na conta de INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

Figura 28 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	114.055.100,45	2.536.376,55	-
Total	114.055.100,45	2.536.376,55	4396,77%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

2.3.3 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende as variações patrimoniais diminutivas não classificada em itens específicos.

Em análise da conta OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS, pode-se observar uma redução de 50,59% no 1º trimestre de 2019 (R\$ 2.804.105,41), quando comparado com o 1º trimestre de 2018 (R\$ 5.675.533,34), que se deve à movimentação no Grupo de Contas INDENIZACOES como se demonstra:

Figura 29 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.382.130,99	5.675.533,34	-
Total	2.382.130,99	5.675.533,34	190.470,48%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

3 - RESULTADOS DA ANÁLISE DOS ÍNDICES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

3.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO

RECEITAS CORRENTES	16.477.317,00	16.477.317,00	1.599.227,94	-14.878.089,06
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	2.606.465,00	2.606.465,00	127.094,24	-2.479.370,76
Receita Patrimonial				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	601.515,00	601.515,00	68.980,97	-532.534,03
	2.004.950,00	2.004.950,00	58.113,27	-1.946.836,73
Valores Mobiliários				
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível	42.717,00	42.717,00	4.418,25	-38.298,75
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais	5.199.715,00	5.199.715,00	749.817,40	-4.449.897,60
Receita Agropecuária	5.199.715,00	5.199.715,00	749.817,40	-4.449.897,60
Receita Industrial				
Receitas de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	8.622.306,00	8.622.306,00	713.218,20	-7.909.087,80
	6.114,00	6.114,00	4.679,85	-1.434,15
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	3.558,00	3.558,00	64,13	-3.493,87
Serviços e Atividades Financeiras	2.556,00	2.556,00	4.615,72	2.059,72
Outros Serviços				
Transferências Correntes	2.239.557,00	2.239.557,00		-2.239.557,00
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL	2.239.557,00	2.239.557,00		-2.239.557,00
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO

Integralização do Capital Social				
Resultado do Banco Central do Brasil				
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional				
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional				
Demais Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS	18.716.874,00	18.716.874,00	1.599.227,94	-17.117.646,06
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	18.716.874,00	18.716.874,00	1.599.227,94	-17.117.646,06
DEFICIT			664.430.591,34	664.430.591,34
TOTAL	18.716.874,00	18.716.874,00	666.029.819,28	647.312.945,28
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro				
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação				
Créditos Cancelados Líquidos				

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	782.274.015,00	782.274.015,00	665.084.620,71	166.841.942,04	124.255.376,03	117.189.394,29
Pessoal e Encargos Sociais	627.746.920,00	627.746.920,00	607.223.397,00	145.557.942,59	111.813.016,63	20.523.523,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	154.527.095,00	154.527.095,00	57.861.223,71	21.283.999,45	12.442.359,40	96.665.871,29
DESPESAS DE CAPITAL	27.575.217,00	27.575.217,00	945.198,57	322.975,17	226.740,04	26.630.018,43
Investimentos	27.575.217,00	27.575.217,00	945.198,57	322.975,17	226.740,04	26.630.018,43
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	809.849.232,00	809.849.232,00	666.029.819,28	167.164.917,21	124.482.116,07	143.819.412,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	809.849.232,00	809.849.232,00	666.029.819,28	167.164.917,21	124.482.116,07	143.819.412,72
TOTAL	809.849.232,00	809.849.232,00	666.029.819,28	167.164.917,21	124.482.116,07	143.819.412,72

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.600.487,29	27.400.566,89	13.590.003,54	10.121.899,84	70.866,95	18.808.287,39
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.600.487,29	27.400.566,89	13.590.003,54	10.121.899,84	70.866,95	18.808.287,39
DESPESAS DE CAPITAL	3.432.915,25	24.361.636,00	8.798.779,70	6.074.174,40	-	21.720.376,85
Investimentos	3.432.915,25	24.361.636,00	8.798.779,70	6.074.174,40	-	21.720.376,85
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.033.402,54	51.762.202,89	22.388.783,24	16.196.074,24	70.866,95	40.528.664,24

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	186.810,90	53.462.276,44	52.312.135,68	172.329,45	1.164.622,21
Pessoal e Encargos Sociais	-	43.903.113,78	43.903.113,78	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	186.810,90	9.559.162,66	8.409.021,90	172.329,45	1.164.622,21
DESPESAS DE CAPITAL	-	3.287.168,68	3.253.163,89	-	34.004,79
Investimentos	-	3.287.168,68	3.253.163,89	-	34.004,79
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	186.810,90	56.749.445,12	55.565.299,57	172.329,45	1.198.627,00

3.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANÁLISE

Visão Geral

Balanco Orçamentário			Real/Exec		AV
Receitas Correntes			9,71%		100,00%
Receitas de Capital			0,00%		0,00%
Total das Receitas			8,54%		100,00%
Despesas Correntes			83,19%		99,84%
Despesas de Capital			3,44%		0,16%
Total das Despesas			80,17%		100,00%
Superávit/(Déficit)			-		-

Balanco Orçamentário		Realização/Execução
Receitas Correntes		1.599.227,94
Receitas de Capital		-
Total das Receitas		1.599.227,94
Despesas Correntes		580.213.855,01
Despesas de Capital		945.198,57
Total das Despesas		581.159.053,58
Superávit/(Déficit)		(579.559.825,64)

Análise Vertical e da Realização/Execução

Maiores Realizações / Execuções

Posição	Receitas	Real.	AV
1	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	180,58%	0,29%
2	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	14,42%	46,89%
3	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	11,47%	4,31%
4	Receita Agropecuária	10,34%	0,28%
5	Transferências Correntes	8,27%	44,60%
6	Valores Mobiliários	2,90%	3,63%
7	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1,80%	0,00%
8	Transferências de Capital	0,00%	0,00%
9			
10			

Menores Realizações / Execuções

Posição	Receitas	Real.	AV
1	Transferências de Capital	0,00%	0,00%
2	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1,80%	0,00%
3	Valores Mobiliários	2,90%	3,63%
4	Transferências Correntes	8,27%	44,60%
5	Receita Agropecuária	10,34%	0,28%
6	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	11,47%	4,31%
7	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	14,42%	46,89%
8	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	180,58%	0,29%
9			
10			

Posição	Despesas	Exec.	AV
1	Pessoal e Encargos Sociais	97,49%	91,86%
2	Outras Despesas Correntes	30,94%	7,98%
3	Investimentos	3,44%	0,16%
4			
5			

Posição	Despesas	Exec.	AV
1	Investimentos	3,44%	0,16%
2	Outras Despesas Correntes	30,94%	7,98%
3	Pessoal e Encargos Sociais	97,49%	91,86%
4			
5			

RPNP e RPP (Maiores Contribuições)

RPNP

RPP

RPNP				RPP			
Posição	Despesas	RPNP	RPP	Posição	Despesas	RPP	RPNP
1	Pessoal e Encargos Sociais	75,94%	23,04%	1	Outras Despesas Correntes	44,20%	65,86%
2	Outras Despesas Correntes	65,86%	44,20%	2	Investimentos	29,80%	65,83%
3	Investimentos	65,83%	29,80%	3	Pessoal e Encargos Sociais	23,04%	75,94%
4	Juros e Encargos da Dívida	0,00%	0,00%	4	Juros e Encargos da Dívida	0,00%	0,00%
5				5			

Análise da Receita por Categoria Econômica

Maiores Realizações/Execuções

Posição	Receitas Correntes	Real.	AV
1	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	180,58%	0,29%
2	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	14,42%	46,89%
3	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	11,47%	4,31%
4	Receita Agropecuária	10,34%	0,28%
5	Transferências Correntes	8,27%	44,60%
6	Valores Mobiliários	2,90%	3,63%
7	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1,80%	0,00%
8			
9			
10			

Menores Realizações/Execuções

Posição	Receitas Correntes	Real.	AV
1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1,80%	0,00%
2	Valores Mobiliários	2,90%	3,63%
3	Transferências Correntes	8,27%	44,60%
4	Receita Agropecuária	10,34%	0,28%
5	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	11,47%	4,31%
6	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	14,42%	46,89%
7	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	180,58%	0,29%
8			
9			
10			

3.6 ANEXOS

3.6.1 Anexo – Execução Orçamentária de Restos a Pagar

Em 31/12/2018, o Órgão FUAM (26270) apresentou um saldo em aberto de R\$ 7.014.761,77, relacionados com Restos a Pagar processados e não processados.

A seguir, apresentam-se as Tabelas 34 e 35, com os saldos de Restos a pagar no quarto trimestre de 2017 e quarto trimestre de 2018.

Figura 30 - Restos a pagar não processado - Órgão 26270

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS								
Pessoal e Encargos Sociais	0	0	0	0	0	0,00	0%	
Outras Despesas Correntes	683	170	4	144	516	390	29.001.054,18	51%
Investimentos	148	55	0	48	114	59	27.794.551,25	49%
Inversões Financeiras								0%
TOTAL - Restos a Pagar Não Processados	831,00	225,00	4,00	192,00	630,00	449,00	56.795.605,43	100%

Fonte: SIAFI, 2018, 2019

Figura 31 - Restos a pagar processado - Órgão 26270

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS									
GRUPO DE DESPESAS	INSCRITO	REINSCRITO	BLOQUEADO	CANCELADOS	A PAGAR	A LIQUIDAR	PAGOS	SALDO	%
Pessoal e Encargos Sociais				0	0		64	43.903.113,78	77,11%
Outras Despesas Correntes				2	21		153	9.745.973,56	17,12%
Investimentos				0	5		11	3.287.168,68	5,77%
Inversões Financeiras				0	0		0	0,00	0%
TOTAL - Restos a Pagar Processados	0	0		2	26	0	228	56.936.256,02	100%

Fonte: SIAFI, 2018, 2019

4 RESULTADOS DA ANÁLISE DOS ÍNDICES DO BALANÇO FINANCEIRO

4.1 BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	1.599.227,94	1.436.049,24	Despesas Orçamentárias	666.029.819,28	542.966.592,24
Ordinárias	-	-	Ordinárias	533.891.199,17	477.983.132,47
Vinculadas	1.604.952,88	1.450.446,62	Vinculadas	132.138.620,11	64.983.459,77
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	5.174.772,91	3.535.983,57
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.604.952,88	1.450.446,62	Previdência Social (RPPS)	126.022.249,75	60.814.956,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-5.724,94	-14.397,38	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	11.400,00	632.520,20
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	930.197,45	-
Transferências Financeiras Recebidas	201.343.197,27	218.924.830,68	Transferências Financeiras Concedidas	18.596.662,27	22.381.096,10
Resultantes da Execução Orçamentária	180.333.085,27	192.682.920,72	Resultantes da Execução Orçamentária	18.255.935,62	19.358.679,35
Repasso Recebido	162.077.149,65	173.324.241,37	Sub-repasso Concedido	340.726,65	19.358.679,35
Sub-repasso Recebido	18.255.935,62	19.358.679,35	Independentes da Execução Orçamentária	209.951,23	3.022.416,75
Independentes da Execução Orçamentária	21.010.112,00	26.241.909,96	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	44.577,27	2.854.845,09
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	20.181.660,02	25.390.604,53	Demais Transferências Concedidas	86.198,15	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	828.451,98	851.305,43	Movimento de Saldos Patrimoniais	-	167.571,66
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	73.698.205,45	-
Aporte ao RGPS	543.680.411,47	371.370.192,87	Aporte ao RGPS	55.565.299,57	-
Recebimentos Extraorçamentários	498.864.902,07	364.774.032,52	Pagamentos Extraorçamentários	16.196.074,24	27.376.459,49
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.046.510,11	81.544,85	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.936.831,64	10.606.636,33
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	86.198,15	223.971,36	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	16.718.259,74
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	687,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	51.563,42
Outros Recebimentos Extraorçamentários	86.198,15	167.571,66	Outros Pagamentos Extraorçamentários	51.934.687,85	30.020.449,40
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	55.712,70		51.934.687,85	-
Arrecadação de Outra Unidade	63.636.538,17	31.013.524,44			30.020.449,40
Demais Recebimentos	63.636.538,17	-			-
Saldo do Exercício Anterior			Saldo para o Exercício Seguinte		
Caixa e Equivalentes de Caixa			Caixa e Equivalentes de Caixa		
TOTAL	810.259.374,85	622.744.597,23	TOTAL	810.259.374,85	622.744.597,23

4.2. INGRESSOS

4.2.1 Receitas Orçamentárias Vinculadas

Ao analisarmos as Receitas orçamentárias do Órgão 26270 no 1º trimestre de 2019, verificamos uma variação positiva de 11,36% quando comparado com o mesmo período do ano de 2018.

Figura 32 – Receitas Orçamentárias Vinculadas

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS	1.599.227,94	13.871.295,56	-
Total	1.599.227,94	13.871.295,56	-89,54%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

4.2.3 Recebimento Extraorçamentário

Ao analisarmos os Recebimentos extraorçamentários do Órgão 26270 no 1º trimestre de 2019, verificamos um aumento de 46,40% quando comparado com o mesmo período do ano de 2018. Esse aumento é reflexo das inscrições de Restos a Pagar Processados (aumento de 578,51%) e dos Restos a Pagar Não Processados (aumento de 36,76%) sendo melhor detalhadas nas Notas Explicativas de Restos a Pagar.

Figura 33 – Recebimento Extraorçamentário

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
RECEBIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO	543.370.192,87	371.370.192,87	-
Total	543.370.192,87	371.370.192,87	46,40%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

4.3 DISPÊNDIOS

4.3.1 Transferências Financeiras Concedidas - Independentes da execução Orçamentária

Ao analisarmos as “Transferências Financeiras Concedidas Independentes da execução Orçamentária” do Órgão 26270 no 1º trimestre de 2019, verificamos um decréscimo de 88,73% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Esse decréscimo é reflexo principalmente da movimentação da conta de

TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA PGTO DE RP, que no 1º Trim/2018 tinha um saldo de R\$ 2.854.845,09, e que terminou o 1º Trim/2019 com um saldo de R\$ 209.951,23.

Figura 34 – Transferências Financeiras Concedidas (Indep. da execução Orçamentária).

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
Operação de Crédito	340.726,65	3.022.416,75	-
Total	340.726,65	3.022.416,75	-88,73%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

4.3.3 Despesas Extraorçamentárias

4.3.3.1 Pagamento de Restos a Pagar Processados

Ao analisarmos as Despesas Extraorçamentárias de restos a pagar processados pagos do Órgão 26270 no 1º trimestre de 2019 (R\$ 55.565.299,57), verificamos um acréscimo de 423,87% em comparação ao período anterior (R\$ 10.606.636,33).

Figura 35 – Pagamentos de Restos a Pagar Processados

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	55.565.299,57	10.606.636,33	-
Total	55.565.299,57	10.606.636,33	423,87%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

5 RESULTADOS DA ANÁLISE DOS ÍNDICES DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**5.1 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-2.149.187,99	3.869.038,63
INGRESSOS	205.075.133,47	220.665.709,13
Receitas Derivadas e Originárias	886.009,74	1.436.049,24
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	68.980,97	40.357,25
Receita Industrial	4.418,25	17.189,89
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	749.817,40	876.057,29
Outras Receitas Derivadas e Originárias	58.113,27	486.937,41
Transferências Correntes Recebidas	4.679,85	15.507,40
Intergovernamentais	713.218,20	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	713.218,20	-
Dos Municípios	713.218,20	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	203.475.905,53	219.229.659,89
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.046.510,11	81.544,85
Arrecadação de Outra Unidade	201.343.197,27	218.924.830,68
Demais Recebimentos	86.198,15	167.571,66
DESEMBOLSOS	-207.224.321,46	-216.796.670,50
Pessoal e Demais Despesas	-168.147.260,34	-170.263.151,95
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-42.701.806,18	-37.555.139,22
Educação	-4.972.125,35	-5.786.753,53
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-120.470.008,40	-126.897.611,62
Urbanismo	-	-23.750,00
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-3.320,41	-
	2019	2018

Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		
Comunicações		
Energia		
Transporte		-584,58
Desporto e Lazer		687,00
Encargos Especiais		
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		
Juros e Encargos da Dívida	-18.543.567,21	-24.100.859,03
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida	-18.543.567,21	-24.095.748,06
Transferências Concedidas	-20.533.493,91	-22.432.659,52
Intergovernamentais	-1.936.831,64	-51.563,42
A Estados e/ou Distrito Federal	-18.596.662,27	-22.381.096,10
A Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Concedidas		
Outros Desembolsos Operacionais		
Dispêndios Extraorçamentários		
Transferências Financeiras Concedidas		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-9.552.662,33	-4.862.113,67
INGRESSOS		
Alienação de Bens		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Outros Ingressos de Investimentos	-9.552.662,33	-4.862.113,67
DESEMBOLSOS	-9.550.588,68	-4.806.400,97
Aquisição de Ativo Não Circulante		
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-2.073,65	-55.712,70
Outros Desembolsos de Investimentos		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito		
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		
Transferências de Capital Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências de Capital Recebidas		
Outros Ingressos de Financiamento		
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida		
	2019	2018
Outros Desembolsos de Financiamento		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-11.701.850,32	-993.075,04
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	63.636.538,17	31.013.524,44
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	51.934.687,85	30.020.449,40

5.2 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - INGRESSOS

5.2.1 Receitas Derivadas e Originárias

Ao analisar os ingressos das "Receita Derivadas e Originárias" do 1º Trimestre de 2019 do Órgão 26270, observou-se um decréscimo de -38,30% quando comparado o 1º Trimestre de 2018. Esse decréscimo é consequência principalmente da variação da "Remuneração das Disponibilidades" que sofreu uma variação negativa de -88,07% e de "Outras Receitas Derivadas e Originárias", que apresentou uma redução de -69,82% neste mesmo período.

O item Receita Patrimonial apresentou uma variação de 70,93%, no 1º Trimestre de 2019 apresentando um saldo de R\$ 68.980,97, enquanto no mesmo período de 2018 apresentava um saldo de R\$ 40.357,25.

Outro item que sofreu decréscimo foi o de "Receitas de Serviços" que teve uma variação negativa de -14,41%.

Figura 36 - Receitas Derivadas e Originárias

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	886.009,74	1.436.049,24	-
Total	886.009,74	1.436.049,24	-38,30%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS

Ao analisar os desembolsos do item "Transferências Concedidas" do Órgão 26270, observou-se um decréscimo de 23,06% quando comparado o 1º Trimestre de 2019 com o mesmo período de 2018. Essa variação é consequência principalmente do item "Intragovernamentais", que apresentou um decréscimo equivalente a 23,04% .

Figura 37 – Transferências Concedidas

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
Transferências Concedidas	-18.543.567,21	-24.100.859,03	-
Total	-18.543.567,21	-24.100.859,03	-23,04%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Ao analisar os "Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento" do Órgão 26270, observou-se uma variação de 96,47% quando comparado o 1º Trimestre de 2019 com o mesmo período de 2018. Essa variação é consequência principalmente do item "Aquisição de Ativo não Circulante", que apresentou variação de -98,71%.

Figura 38 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-9.552.662,33	-4.862.113,67	-
Total	-9.552.662,33	-4.862.113,67	96,47%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa, no montante negativo de R\$ - 11.701.850,32, representa a diferença entre os valores "Inicial" e "Final" do Caixa e Equivalentes de caixa, indicando que houve mais saída do que entrada de recursos financeiros neste 1º Trimestre de 2019.

Figura 39 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

R\$ milhares

	31/03/2019	31/12/2018	AH(%)
Geração Líquida De Caixa E Equivalentes De Caixa	-11.701.850,32	-993.075,04	-
Total	-11.701.850,32	-993.075,04	1078,35%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.